

Histórico do futebol feminino no Brasil: considerações acerca da desigualdade de gênero

History of women's football in Brazil: considerations about gender inequality

Marina Broch

Mestranda em História
Universidade de Passo Fundo – UPF
marinabroch@hotmail.com

Recebido: 15/11/2020

Aprovado: 30/03/2021

Resumo: A história do futebol feminino no Brasil se constrói através da resistência por parte das mulheres que por quase 40 anos foram proibidas de praticar o esporte que era restrito aos homens. A necessidade de análise deste fenômeno que continua a fazer efeito é atual, considerando a situação em que as jogadoras ainda se encontram enquanto a desigualdade de gênero se expressa dentro e fora dos gramados. O presente artigo tem como objetivo evidenciar importantes pontos acerca da historicidade do futebol no Brasil, bem como destacar a forma como a desigualdade de gênero refletiu e ainda reflete na vida das jogadoras de futebol.

Palavras-chave: Futebol feminino; Desigualdade de gênero; História do futebol.

Abstract: The history of women's football in Brazil is built through resistance by women who for almost 40 years were banned from playing the sport that was restricted to men. The need for analysis of this phenomenon that continues to take effect is current, considering the situation in which the players still find themselves while gender inequality is expressed on and off the pitch. This article aims to highlight important points about the historicity of soccer in Brazil, as well as to highlight how gender inequality has reflected and still reflects in the lives of soccer players.

Keywords: Women's soccer; Gender Inequality; Football history.

Considerações Iniciais

A historiografia acerca do futebol feminino no Brasil se constrói em meio a muitas lacunas pois reflete a exclusão histórica das mulheres não somente como sujeitos de direitos, mas também como sujeitos históricos. O futebol é importante via de expressão da identidade nacional, tem características multifacetadas. O esporte que é símbolo da cultura brasileira, também é elemento representativo de entretenimento, e muito mais: da paixão de um povo.

A história do futebol feminino se faz através de uma trajetória intrinsecamente relacionada a constante luta contra o preconceito e a quebra de estigmas, a luta por reconhecimento, e acima de tudo, à resistência das mulheres jogadoras de futebol em épocas que eram proibidas de fazê-lo. Isso tudo por conta do reflexo causado pela desigualdade de gênero no que se refere a prática do esporte diante de jogadores do sexo masculino ou feminino. Um fato que evidencia este dilema e carrega consigo a simbologia desta realidade, é que por quase 40 anos as mulheres foram proibidas de jogar futebol no Brasil.

Neste sentido, a presente pesquisa se propõe a observar os reflexos da desigualdade de gênero existente no meio futebolístico, considerando para isto uma perspectiva histórica. Primeiramente, o presente estudo trata do futebol desde a sua chegada ao Brasil, no final do século XIX, considerando que no início o esporte era uma prática exclusiva da elite, dos homens ricos e brancos. Aos pobres, negros e mulheres, o futebol não era permitido. Assim se faz uma abordagem histórica acerca da chegada e do desenvolvimento do futebol no país. Após, abordam-se questões referentes a prática do futebol pelas mulheres, destacando o modo como a desigualdade entre os gêneros fora canalizada por meio do esporte, expondo as limitações a que as jogadoras foram submetidas e o desenvolvimento das conquistas realizadas pelas mulheres. Posteriormente, são discutidas as consequências da desigualdade de gênero experienciadas pelas jogadoras de futebol no Brasil.

Histórico do futebol no Brasil

Acerca da historicidade do futebol no Brasil, destaca-se que conforme documentado, a chegada do esporte em território brasileiro se deu no ano de 1894, tendo sido trazido por Charles William Miller ao regressar de seus estudos na Inglaterra. Em sua bagagem, trouxe chuteiras, calções, camisas, bolas e afins, promovendo então o primeiro jogo no Brasil. Cabe dizer que o caso de Charles Miller se demonstra de maneira simbólica, considerando o fato de que assim como ele, diversos outros jovens que também estudavam na Inglaterra, traziam consigo o esporte, não retratando, desta forma, a gênese de sua prática na realidade (ABAL, 2016, p. 15).

O futebol fora trazido por estudantes que pertenciam às famílias ricas e os primeiros toques de bola em terras brasileiras foram executados a partir do caráter elitista que carregavam consigo os ingleses e estudantes que voltavam para o Brasil, como dispõe Soares (2008, p. 24). Estes estudantes pertenciam socioeconomicamente às elites cariocas e paulistas, e o futebol era praticado nos colégios

em que tal elite frequentava. Ou seja, no princípio a prática do futebol era restrita por motivações de ordem social, vindo a se expandir tempo depois, por motivos que serão expostos a seguir.

Com relação a prática do futebol, é válido também fazer menção ao fato de que os altos custos dos equipamentos utilizados para a prática do esporte, assim como a existência e manutenção de um bom gramado, era motivo que também influenciava na conotação elitista do mesmo, considerando que apenas os mais ricos tinham poder econômico para arcar com estes custos de aquisição de equipamentos, manutenção do gramado e afins. O futebol neste período estava vinculado a um recorte específico de gênero, classe e raça: era restrito aos homens ricos e brancos, pertencentes às elites brancas. Aos pobres, negros e mulheres, a prática não era permitida.

Com relação ao surgimento dos times de futebol no Brasil, Abal diz que:

“em 1901 surge a primeira federação futebolística, a Liga Paulista de Futebol. A nível nacional, foi somente em 1914 que se formou a Federação Brasileira de Sports – FBS, precursora da Confederação Brasileira de Desportos – CBD, criada em dezembro de 1916.” (SPINELLI, 2011, p. 17 apud ABAL, 2016, p. 17).

No ano de 1901 a primeira federação de futebol é criada, mas a desigualdade racial, a desigualdade de gênero e a desigualdade social se refletiu de maneira que os grandes clubes eram frequentados por uma pequena parcela da sociedade, sendo que o povo em geral não teve maior contato com o esporte em se falando da prática profissional.

Nesse sentido, vale destacar o caráter referente a desigualdade racial também no que diz respeito a história do futebol, pois em 1921, foi recomendado pelo então presidente Epitácio Pessoa que não fossem incluídos mulatos no time que jogaria pela Seleção Brasileira em Buenos Aires a fim de disputar o torneio Sul Americano de futebol, a partir da alegação de que era preciso projetar uma imagem positiva da nação no exterior, pelo bem da sociedade (MÁXIMO, 1999, p. 183).

Em um primeiro momento, apenas os homens brancos e ricos podiam jogar profissionalmente, e em momento posterior, as características exclusivistas do futebol foram se modificando e assim sendo incluídos outros sujeitos (que não os pertencentes a elite branca) na prática esportiva. Os pobres foram sendo aceitos nos times com o tempo, pois empresas inglesas formavam times de futebol, e, na falta de jogadores pertencentes às classes altas, passaram então a utilizar operários que antes exerciam suas funções na linha de produção.

Apesar da aceitação de jogadores que não pertenciam a elite, a eles não era pago salário, e assim:

Começava a se apresentar um problema. Os operários não tinham como laborar na fábrica, cumprindo jornadas extenuantes de trabalho pesado e ainda jogar futebol nas raras horas vagas. Receber salário para praticar esportes era visto com maus olhos pelas elites, já que a remuneração iria de encontro aos ideais do olimpismo (ABAL, 2016, p.18).

Diante disso, apesar de ocorrer a inclusão de jogadores pobres na prática do esporte, a profissionalização ainda se encontrava distante, considerando que o interesse da elite, calcado no seu preconceito social, era de se ater ao lazer e designar ao restante da população o trabalho pesado. Essa elite não estava interessada em pagar salários aos atletas que atuavam no futebol, e a assim surge a utilização de práticas de pagamento aos jogadores, em que pese diferentes do pagamento de salário, executadas de forma oculta para driblar a questão.

Com relação às questões de raça que neste sentido se vinculam, o preconceito existente no meio futebolístico foi tamanho que, em 1914, o Fluminense fora apelidado de pó de arroz. Isso porque em uma partida entre o Fluminense e o América, o tricolor utilizou o jogador Carlos Alberto, um mulato claro, que passou pó de arroz na pele para que não fosse percebida sua cor. No entanto, ao decorrer da partida, o suor fez com que a maquiagem escorresse de seu rosto, motivo que fez com que a torcida adversária começasse a gritar o apelido (ARAÚJO, 2009, p. 34 apud ABAL, 2016, p. 19).

Em contrapartida a essa atitude, destaca-se o realizado pelo time do Vasco, pois conforme Máximo (1999, p. 184), em 1923, enquanto se mantinha na primeira divisão do Campeonato Carioca, tinha na formação de seu time negros, mulatos e também pobres remunerados. Isso fez com que fosse duramente criticado pelos outros clubes, que até se recusavam a jogar contra a equipe, e chegando a ser ameaçado de expulsão da primeira divisão do campeonato. No entanto, apesar disso tudo, naquele ano, o time sagrou-se campeão.

Assim o futebol deixa de ser visto apenas como uma atividade de lazer, e passou a ser interpretado também como um negócio. Passa a se discutir acerca do pagamento de salário aos jogadores, que mais do que o fato em si, também representava uma necessidade. Desta forma, o desenvolvimento do futebol com relação a profissionalização, transita por um momento importante em 1932, ano em que o América Futebol Clube do estado do Rio de Janeiro começou a assinar contratos que previam a remuneração e as obrigações entre as partes com seus atletas (ABAL, 2016, p. 19).

As discussões acerca do profissionalismo não foram pacíficas, sendo realizadas votações com o fim de discutir a remuneração dos jogadores, ocasião em que alguns clubes se posicionaram de maneira favorável, e outros assumiram a contrariedade ao assalariamento. A profissionalização do jogador de futebol também remete ao governo de Getúlio Vargas, que teve início em 1930, pois:

A partir de então, os atletas passaram a ser tidos verdadeiramente como profissionais. Vargas viu no futebol uma ótima oportunidade para aumentar o alcance de seu populismo. Com a Copa do Mundo de 1938 a figura do presidente ficou intimamente ligada ao futebol e Vargas era, inclusive, parabenizado pelas vitórias da equipe nacional. Enquanto na Era Vargas o samba saía das camadas populares e chegava à elite, o futebol perdia de vez seu caráter aristocrático sendo popularizado. (ABAL, 2016, p. 22).

O fenômeno da profissionalização no futebol teve diversas nuances nas quais é possível verificar os recortes de classe existentes, considerando que a princípio a prática do esporte era dedicada somente aos brancos. Paulatinamente a realidade fora se alterando, e criaram-se medidas de abertura para que as classes mais baixas atuassem também no esporte. O assalariamento é uma dessas medidas, afinal, diferentemente da elite, o pobre que jogava futebol necessitava de algum tipo de contraprestação pecuniária para sua subsistência. Assim, os pobres e negros passam a ser incluídos no campo, mas, e as mulheres?

As mulheres no futebol

Como reflexo da desigualdade de gênero existente, a mulher é muitas vezes excluída da história. Neste sentido, a desigualdade se apresenta até ao nível do relato histórico, ao passo que por vezes a historiografia retrata a mulher enquanto obtentora de um papel secundário na sociedade com relação ao homem, que, por sua vez, toma para si o papel de protagonista da história. Neste sentido, a historiadora francesa Michelle Perrot bem destaca que:

O ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do homem em geral, tão assexuado quando a Humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas –, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena” história, meras coadjuvantes da “História!”. (PERROT, 2017, p. 197).

Assim sendo, a história não apenas é relatada por historiadores constituídos em sua maioria por homens, como também é expressa através da utilização de documentos que são produtos de outros homens, que carregam consigo o monopólio do texto. A ocupação masculina naquilo que se refere ao

poder público contribuiu também para a segregação sexual nos espaços sociais, sendo que às mulheres eram destinados locais e papéis definidos.

A histórica exclusão das mulheres também teve reflexo na prática do futebol, pois a normatividade de gênero fez com que fossem estabelecidas distinções para a prática feminina e masculina de esportes. Para as mulheres a experiência esportiva foi muito distinta daquela vivida pelos homens, e o futebol restou limitado como um espaço masculino, refletindo os aspectos socioculturais e os valores a eles interligados da época.

Enquanto a prática do futebol fora executada pelos homens desde a chegada do esporte no Brasil, por volta de 1894, para as mulheres o mesmo não era permitido, sendo inclusive proibido. Nesse sentido cabe mencionar o disposto no artigo 54 do Decreto-Lei de número 3.199, assinado por Getúlio Vargas na data de 14 de abril de 1941, pois nele estava disposto que “às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

O Decreto não especificava nominalmente os esportes proibidos para as mulheres, no entanto, tal proibição se estendia especificamente ao futebol pois se calcava no argumento de que o mesmo feria a natureza feminina considerando o contato e em muitas vezes a violência que estavam presentes neste esporte, e que assim, se tratava de uma prática exclusivamente dedicada aos homens. Nesse sentido, Bonfim bem coloca que:

O Estado desempenhou um papel cada vez mais ativo na tentativa de redefinir a categorização dos sistemas de gêneros, definindo o que era adequado para homens e mulheres, meninos e meninas. Currículos educacionais, oportunidades de empregos, responsabilidades familiares, comportamento sexual e traços de caráter não passaram incólumes desses enquadramentos (BONFIM, 2019, p. 15).

Os ideais criados e dirigidos aos homens e as mulheres eram cobertos de dualidade e contraste, pois o homem representava hipoteticamente, uma figura forte, um atleta ideal para o desporto, e a mulher, pelo contrário, era delimitada como a expressão do sexo feminino frágil e delicado, incompatível com tal função. Nesse sentido ressalta-se que:

Essas imagens povoam nossos sonhos, irrigam nosso imaginário, tramam a literatura e a poesia. Pode-se amar sua beleza, mas recusar sua pretensão de também contar a história das mulheres, mascarada sob os traços de uma dramaturgia eterna – em qualquer lugar, sempre, o coro das mulheres – e de uma simbologia congelada no jogo dos papéis e das alegorias. É

preciso desprender-se dela, pois moldam a história dentro de uma dicotômica do masculino e feminino: o homem criador/a mulher conservadora, o homem revoltado/a mulher submissa etc. (PERROT, 2017, p. 200).

Os papéis destinados às mulheres eram definidos na literatura e também na realidade, perpassando por um caráter sempre de submissão em relação a figura masculina. Inicialmente, a prática de esportes pelas mulheres era permitida somente com relação aos desportos que se diziam compatíveis para com a estrutura corporal feminina, gerando desta forma uma grande limitação dentre as diferentes práticas, e gerando o distanciamento do futebol, pois:

Mesmo que as mulheres participassem de alguns eventos esportivos, o temor à desmoralização feminina frente à exibição e espetacularização do corpo se traduzia num fantasma a rondar as famílias, em especial, as da elite. A prática esportiva, o cuidado com a aparência, o desnudamento do corpo e o uso de artifícios estéticos, por exemplo, eram identificados como impulsionadores da modernização da mulher e da sua auto-afirmação na sociedade e, pelo seu contrário, como de natureza vulgar que a aproximava do universo da desonra e da prostituição. (GOELLNER, 2005, p. 145)

Sobretudo, o medo de que as mulheres tivessem êxito na prática de uma atividade que era destinada aos homens, tidos como superiores intelectual e fisicamente, criava um ambiente de tensão, considerando que os discursos legitimadores acerca das condutas e dos limites de cada sexo entravam em choque. Assim, a prática seguia a continuidade através essencialmente da figura masculina, o jogador de futebol.

A participação feminina no futebol se deu de maneira extremamente restrita em relação aos homens no início do século XX, pois elas enfrentaram não somente o estigma relacionado a execução de algumas práticas esportivas, como também a obstrução de sua participação de fato em determinados esportes, que ia além de uma mera projeção pessoal, significando uma repressão institucionalizada. Havia uma pressão moralista na proibição do futebol, e neste sentido, faz-se necessário ressaltar um dos muitos modos de execução de atos de resistência por parte das mulheres, pois apesar da proibição imposta, o Estado não tinha controle efetivo, e então as mulheres jogavam o futebol em locais tais como as periferias ou em campos de várzea, de modo amador ou até mesmo clandestino. Essas foram as mulheres que possibilitaram que o futebol feminino se mantivesse vivo.

Ademais, cabe ressaltar os reflexos da Ditadura Militar na execução da prática do futebol feminino. Isso porque em 1965, o Conselho Nacional de Desportos aprovou a Deliberação número 7, que registrava a não permissão por parte das mulheres para praticar alguns esportes como o futebol de

praia, futebol, polo aquático, rugby e halterofilismo. Esta foi a época mais severa em relação a proibição para as mulheres, sendo que algumas chegaram a ser presas ao descumprir tal normativa. Neste sentido:

Assim, a proibição que teve início em 1941 perdurou até o final da década de 70, quando a deliberação referente a vedação do futebol para mulheres foi revogada, e só aí a presença feminina no futebol passou a crescer. Mesmo diante disso, a reprodução de determinados valores culturais e imposição de condutas distintas para os sexos masculino e feminino no que se refere às práticas esportivas não deixaram de fazer efeito de maneira instantânea, e “a permissão legal da prática do futebol feminino estava aí, mas grande parte da criação e do gerenciamento dessas novas equipes ficava (e atualmente ainda fica) sob o encargo dos homens” (Salvini; Júnior, 2013, p. 97). Deste momento em diante, apenas em 1983, por conta da mobilização das jogadoras, fora implantada a regulamentação da modalidade feminina no Brasil.

A primeira seleção masculina foi criada em 1914, já a primeira seleção feminina, foi formada pela Confederação Brasileira de Futebol, 70 anos depois, no ano de 1988. A Seleção Brasileira composta por mulheres disputou seu primeiro jogo em 1986. Os primeiros times femininos profissionais surgiram só a partir de 1993, como o paulista Saad e o carioca Radar. De toda forma, os quase 40 anos de proibição do futebol para as mulheres deixaram marcas na trilha histórica que o futebol feminino percorre no esporte, de modo que os reflexos disso ainda são, inevitavelmente, ainda muito bem visualizados e sentidos.

Reflexos da desigualdade de gênero no futebol

A experiência vivida pelos homens no futebol foi extremamente diferente daquela experienciada pelas mulheres. A história feminina com o futebol no Brasil foi construída aos poucos enquanto o espaço das mulheres no futebol foi se alterando diante do desenvolvimento da prática esportiva no Brasil, fruto da modificação do silenciamento quanto a sua existência, da repressão, e até mesmo da criminalização a que estavam submetidas.

Como reflexo da cultura machista em meio a qual o futebol foi desenvolvido no Brasil, o cenário feminino no esporte precisou e ainda precisa lidar com muitos obstáculos. São tempos muito distintos experienciados pelo futebol masculino e feminino, pois o desenvolvimento do futebol com times formados por homens, teve por base alguns dos privilégios do gênero masculino, e não precisou lidar com a repressão com que os times femininos foram atingidos.

Nesse sentido, cabe mencionar um episódio que demonstra o quanto o machismo está impregnado na cultura e sociedade brasileira, refletindo também no meio futebolístico. Uma questão do último ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), abordou a diferença salarial entre o jogador Neymar Jr. e a jogadora Marta. O então Presidente da República Jair Messias Bolsonaro, fez questão de tecer um comentário a respeito, dizendo que “tem questões ali ridículas ainda, comparando mulher jogando futebol e homem, por que a Marta ganha menos que o Neymar... Não tem que ter comparação. O futebol feminino ainda não é uma realidade no Brasil” (Gazeta Esportiva, 2021). O Presidente do Brasil, país de Marta, Mulher eleita a melhor jogadora do mundo por seis vezes, neste caso, enquanto afirma não haver necessidade de fazer comparação evidencia o oposto: que é necessário sim comparar, pensar e discutir a desigualdade de gênero nos mais variados âmbitos inclusive no futebol, pois as mulheres são vítimas de discriminação de gênero e recebem salários inferiores em relação aos jogadores do sexo masculino.

Enquanto o futebol masculino conta com alto investimento, publicidade, infraestrutura, grandes salários, múltiplas bases de treinamento, o futebol feminino aos poucos conquista espaço, mas se encontra à margem, pois:

No entanto, apesar destes significativos avanços, ainda é precária a estruturação da modalidade no país pois são escassos os campeonatos, as contratações das atletas são efêmeras e, praticamente, inexistem políticas privadas e públicas direcionadas para o incentivo às meninas e mulheres que desejam praticar esse esporte, seja como participantes eventuais, seja como atletas de alto rendimento. Para além destas situações a mídia esportiva pouco espaço confere ao futebol feminino e quando o faz, geralmente, menciona não tanto os talentos esportivos das atletas, árbitras ou treinadoras mas a sua imagem e o seu comportamento (GOELLNER, 2005, p. 149).

A conquista de espaço no futebol pelas mulheres é muito significativa quando pensada através de uma perspectiva de gênero que considere o longo e difícil caminho percorrido pelas atletas. O caminho trilhado pelas jogadoras vai muito além daquele percorrido em busca da realização de um sonho ou da conquista de um campeonato. Ele perpassa por um obstáculo que está enraizado socialmente no Brasil: a desigualdade de gênero.

O incentivo institucional e social é muito menor quando se trata do futebol feminino, e por vezes é até nulo. Não só as jogadoras de futebol sofrem a violência que é expressa através do machismo, outras mulheres que atuam no meio futebolístico, tais como árbitras, dirigentes, repórteres esportivas, enfim, qualquer mulher que se envolva na atividade que outrora só tinha homens em

destaque, é diminuída e se torna alvo de agressões, tanto direta quanto indiretamente, o que se estende às torcedoras, também.

O ambiente em que o futebol se desenvolve ainda é um espaço misógino e isso faz com que seja necessária a discussão acerca do que esse local simboliza. Pois através do futebol ainda são expressos muitos preconceitos de gênero, de raça, de nacionalidade, orientação sexual etc. A xenofobia, o sexismo, a homofobia, o racismo são formas de preconceito que estão entranhadas no tecido social e acabam por afetar de modo extremamente negativo a coexistência humana. O esporte nesse sentido deve ser um instrumento de inclusão social e de luta contra a violência e discriminação. (MANERA e CARVALHO 2018, p. 5).

Desta forma o cenário do futebol feminino se apresenta no Brasil, e evidencia a necessidade de discussão acerca do que ainda é enfrentado pelas jogadoras mulheres, pois o desenvolvimento do futebol feminino ainda precisa ser visto e valorizado.

Considerações finais

A luta por reconhecimento das jogadoras de futebol no Brasil, foi e ainda é muito simbólica, pois representa de forma clara a existência de realidades totalmente distintas entre homens e mulheres. O preconceito enfrentado pelas mulheres no futebol é carregado há mais de um século, e por consequência, muitos reflexos da opressão sofrida se mostram atualmente. As oportunidades e as condições de existência, são ainda muito diferentes para os homens e para as mulheres.

Desde o apoio inicial de treinamento de base, até os valores salariais, passando pelas dificuldades e os preconceitos enfrentados dentro e fora de campo, tudo isto é essencial para discutir a condição das jogadoras mulheres, bem como de todas as profissionais que estão ligadas a este meio. É necessário que se mantenha aberta a discussão acerca da desigualdade de gênero no futebol, pois em que pese o futebol feminino tenha conquistado mais espaço na mídia nos últimos anos, a realidade vivenciada pelas jogadoras mulheres é totalmente diferente daquela experienciada pelos jogadores homens, e o histórico do futebol feminino, diante da repressão e ainda latente falta de incentivo, explica a razão disto.

Referências bibliográficas

- ABAL, F. C. **O Direito no gramado: o contrato de trabalho do atleta profissional de futebol.** Disponível em: <<https://felipeabal.files.wordpress.com/2018/12/o-direito-no-gramado.pdf>>. Acesso em: 2 set. 2019
- BRASIL. Conselho Nacional de Desportos. Decreto-Lei no. 3199. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1941.
- BOLSONARO CRITICA QUESTÃO DO ENEM SOBRE MARTA; JOGADORA REBATE COM INDIRETA. **Gazeta Esportiva**, São Paulo, 18/01/2021. Futebol feminino. Disponível em: <https://www.gazetaesportiva.com/futebol/futebol-feminino/bolsonaro-critica-questao-do-enem-sobre-marta-jogadora-rebate-com-indireta/> Acesso em: 23 de janeiro de 2021.
- BONFIM, Aira. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941).** 2019. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) - Escola de Ciências Sociais, Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, 2019.
- GOELLNER, S. V.. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. **Rev. bras. Educ. Fís. Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143-51, abr./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rbefe/article/view/16590/18303>>. Acesso em: 4 set. 2019.
- MÁXIMO, J. Memórias do futebol brasileiro. **Estudos Avançados**, V. 13, N. 37, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo – SP, Abril, 1999. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9493/11062>>. Acesso em: 2 set. 2019.
- Observatório da Discriminação Racial no Futebol. **Relatório anual da discriminação racial no futebol 2017.** Organizado por Débora Macedo da Silveira Manera e Marcelo Medeiros Carvalho. Porto Alegre: Museu da UFRGS, 2018.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros.** São Paulo: Paz e terra, 2017, p. 197-249.
- SALVINI, Leila; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. Uma história do futebol feminino nas páginas da revista Placar entre os anos de 1980-1990. **Movimento**, v. 19, n. 1, 2013.
- SOARES, J. M. A.. **Direito de imagem e direito de arena no contrato de trabalho do atleta profissional de futebol: análise sob a ótica da lei n. 12.395/2011.** 2 ed. São Paulo: LTr, 2012.